

AUTOR DO PEDIDO

Para Amages, drible é questão "controversa"

Juiz Ezequiel Turbido sustenta que outros tribunais não somam IR no cálculo de pessoal

LEITICIA GONÇALVES
lgoncalves@reddegazeta.com.br

Para o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turbido, incluir ou não o Imposto de Renda retido na fonte na conta de gastos com pessoal é uma matéria "controversa", que não se esgota com a decisão do desembargador Fernando Bravin. O magistrado suspendeu a liminar de primeiro grau que permitia a retirada do imposto da contabilidade do Poder Judiciário.

Turbido diz que, ao todo, sete Tribunais de Justiça do país não incluem o imposto no cálculo. "É uma questão de interpretação", comentou o presidente da entidade. "É uma matéria controversa, tanto que até 2011 o nosso Tribunal de Contas tinha esse entendimento também", argumenta.

O juiz sustenta que a mudança é meramente contábil, uma vez que recursos não entram nem saem dos cofres devido à

JUDICIÁRIO

6,3%

da receita corrente líquida

É o gasto com pessoal no 2º quadrimestre, incluindo Imposto de Renda retido.

troca de metodologia. Ignorar o imposto no cálculo, no entanto, foi o que garantiu que o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) não ultrapassasse o limite de gastos com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no segundo quadrimestre.

BALANÇO

O TJES não informou qual é o índice da despesa com folha de pagamento atualmente. Mas, de acordo com Turbido, o Judiciário terá que republicar o balanço divulgado em setembro, corrigindo o percentual de 5,7% para 6,3%, acima do limite legal de 6% da receita corrente líquida do Estado.

Por meio de nota, o tribunal informou que o presidente Sérgio Bizzotto foi notificado ontem à noite

sobre a decisão do desembargador Bravin e que "medidas cabíveis estão sendo estudadas pela administração".

SINALIZAÇÃO

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Rabello, diz que a lei é clara quanto à impossibilidade de excluir o Imposto de Renda retido na fonte como componente da despesa com pessoal. "Não há autorização na LRF para que o Imposto de Renda não seja computado", afirmou.

Quanto aos tribunais estaduais que adotam interpretação diferente, Rabello diz que a "distorção" é minoritária.

"O entendimento majoritário Brasil a fora é que não pode. Esse é o entendimento do Tesouro Nacional, do Tribunal de Contas do Espírito Santo e de demais tribunais de contas", sustenta o procurador-geral.

Ele acredita que a Segunda Câmara Cível do TJES deve seguir os argumentos do desembargador Fernando Bravin e manter a decisão plenária do Tribunal de Contas do Estado de 2011 que obri-



Ezequiel Turbido é o atual presidente da Amages

OPINIÃO

"Não há autorização na LRF para que o Imposto de Renda retido na fonte não seja computado"

RODRIGO RABELLO
PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO

ga a inclusão do imposto no cômputo do gasto.

"Reconhecemos a importância do Judiciário e dos demais Poderes devido à contribuição que deram

no começo do ano, quando concordaram com a revisão do Orçamento e em abrir mão de parte de seus duodécimos. O que não concordamos é que se dê uma interpretação distorcida à LRF", diz o procurador.

O risco é que os municípios passem a adotar a nova interpretação, o que não seria reconhecido pela União, importante fonte de recursos para as prefeituras.

"Os municípios poderiam ter dificuldade para receber transferências voluntárias e contratações de crédito da União", alerta Rabello.

ENTENDA

▼ Limite

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que a despesa com pessoal do Judiciário Estadual não pode ultrapassar o equivalente a 6% da receita corrente líquida do Estado.

▼ Além

O TJES já estava em vias de ultrapassar o limite, que ficaria em 6,3% no segundo quadrimestre.

▼ Ação

A Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages) ingressou com uma ação e a 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Vitória concedeu liminar suspendendo uma decisão do TCES de 2011, que obrigava a inclusão do imposto de renda retido na fonte dos servidores nos gastos com pessoal.

▼ Alívio

Assim, o TJES mudou a metodologia, descontou o imposto e o gasto ficou em 5,7% da receita corrente líquida.

▼ Recurso

A Procuradoria Geral do Estado (PGE), no entanto, recorreu ao Tribunal de Justiça pedindo a derrubada da liminar e, no mérito, a manutenção da decisão do Tribunal de Contas permanentemente.

▼ Decisão

O desembargador Fernando Bravin decidiu favoravelmente à PGE e suspendeu a liminar. O caso ainda deve ser julgado pela Segunda Câmara Cível do TJES.

GESTÃO NA SERRA

MPES denuncia Vidigal por improbidade

Ex-prefeito não teria pago valor de precatórios entre os anos de 2010 e 2012

LEITICIA GONÇALVES
lgoncalves@reddegazeta.com.br

O deputado federal e ex-prefeito da Serra Sérgio Vidigal (PDT) foi denunciado pelo Ministério Público Estadual (MPES) pelo não pagamento do valor integral de precatórios devidos nos anos de 2010, 2011 e 2012 por parte da administração municipal.

Paralelamente, de acordo com o texto da ação civil pública por improbidade administrativa, ajuizada

pelo promotor Francisco Martínez Berdeal, a gestão Vidigal gastou R\$ 29 milhões em despesas "não essenciais" no período.

Desse montante, foram R\$ 14 milhões somente com publicidade institucional e R\$ 2,7 milhões com shows, por exemplo.

O município se comprometeu repassar R\$ 14,5 milhões para o pagamento de precatórios pelo regime especial, mas reservou apenas R\$ 6,5 milhões para esse fim.

Para o promotor, o ex-prefeito "permitiu milhões de reais em gastos não essenciais, anuindo do-



Deputado Sérgio Vidigal foi prefeito da Serra até 2012

losamente que o município continuasse inadimplente com o pagamento de precatórios". Vidigal ainda teria prestado "afirmação inver-

dica" ao Tribunal de Justiça ao informar o pagamento dos precatórios.

A ação também cita o ex-secretário de Finanças

GASTOS

"(Vidigal) permitiu milhões de reais em gastos não essenciais, anuindo que o município continuasse inadimplente"

TRECHO DA DENÚNCIA

R\$ 14,5 milhões

É quanto o município da Serra deveria ter desembolsado em precatórios.

da cidade José Maria Abreu Júnior. O valor da causa é de R\$ 2.243.313,00.

O caso tramita na 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Vitória e ainda não há decisão.

O OUTRO LADO

Por meio de nota, o pedetista informou que vai esperar ser notificado para comentar o assunto. "Vale lembrar que desde 2009, quando descentralizou a gestão da Prefeitura da Serra, Vidigal não é ordenador de despesas", diz o texto.

A reportagem não conseguiu contato com o ex-secretário de Finanças.

EDUCAÇÃO

Nova Escola Viva na Serra e mais vagas em São Pedro

Unidade vai funcionar em escola que está sendo construída em Planalto Serrano

de CARLA SÁ
carla.sa@redgazeta.com.br

Uma nova unidade do programa de ensino médio em tempo integral Escola Viva está garantida para o ano que vem. Serão 720 vagas em Planalto Serrano, Serra. O imóvel é do governo do Estado e está sendo finalizado para receber alunos em fevereiro do ano que vem. Em São Pedro, Vitória, a primeira escola do sistema ganhará mais 400 vagas em 2016.

"Essa escola começou a ser construída há alguns anos e foi projetada para ter ensino médio, mas tem tudo que o Escola Viva precisa", explica o secretário de educação do Estado, Haroldo Correa Rocha. O local terá três blocos de prédios, com 18 salas de aula temáticas, laboratórios, biblioteca, auditório e refeitório.

Para montar a equipe que trabalhará em Planalto Serrano, professores efetivos da rede pública poderão inscrever-se em breve, nos moldes do que foi feito para implantação da primeira escola do sistema, em Vitória.

Já os estudantes poderão candidatar-se a uma vaga, tanto em Planalto Serrano quanto em São Pedro, por meio de um formulário eletrônico no site da Secretaria Estadual de Educação (Sedu).

IMÓVEIS

Para o ano que vem, entretanto, a meta do governo é inaugurar de três a cinco novas unidades no modelo Escola Viva. Para



EDSON CHAGAS

Unidade em São Pedro

Alunos de São Pedro aprovam a estrutura da instituição. Na foto, Lia Pupin, Cleison Modesto, Djulia Machado, Marco Aurélio Evangelista e Estefany Paranhos.

"Esta escola é diferente, oferece várias coisas que outras não têm. É uma experiência muito positiva, principalmente para quem quer se preparar para ingressar em uma boa faculdade no ensino superior"

— LIA PUPIN, 18 ANOS, ALUNA DO 3º ANO (blusa azul-escuro)

Editais para concurso nos próximos dias

de O edital do concurso para contratação de novos professores anunciado pelo governo do Estado deverá ser publicado nos próximos dias. "Queremos fazer ainda esse ano, estamos trabalhando para isso", diz o secretário,

Haroldo Correa Rocha. São 1.178 vagas com salários que vão de R\$ 1.982,55 a R\$ 3.554,92 e carga horária de 25 horas semanais. O processo seletivo contará com provas objetivas, discursivas e avaliação de títulos.

isso, foi aberta uma chamada pública nos municípios de Serra, Vila Velha, Cariacica, Viana, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina em busca de imóveis que possam ser alugados ou comprados e abrigar uma escola do programa.

"Temos alguns prédios que estão em avaliação de estrutura e de preço, o que será finalizado ainda em novembro", destaca Haroldo.

Além disso, um edital de adesão foi aberto para todas as instituições públicas de ensino médio do Es-

tado para que os diretores interessados peçam que o programa seja implantado em suas escolas. O prazo vai até 30 de novembro.

INFORMÁTICA

O laboratório de informática na Escola Viva em Planalto Serrano será itinerante. No lugar de uma sala estável com computadores de mesa, unidades móveis (mesinha com rodas) com laptops e tomadas para recarga do aparelho poderão circular pelas salas de acordo com a demanda.

"Esse sistema depois será expandido para toda a rede estadual. As escolas contarão com quantos forem necessários e precisarão ter Wi-Fi", diz Rocha.

CHANCES

1.120

novas vagas no total

Além das 720 vagas de Planalto Serrano, a Sedu anunciou mais 400 para a primeira Escola Viva, em São Pedro.

480

alunos

Esse é o número de adolescentes que já estão estudando em São Pedro. Com as novas vagas, a unidade terá um total de 880.

ESTRUTURA

João Beato

Batizada de "Centro Estadual de Ensino Médio em tempo integral Joaquim Beato", a nova escola homenageia o professor de Filosofia da Ufes e pastor da igreja presbiteriana morto em julho deste ano.

Planalto Serrano

A nova Escola Viva ficará em Planalto Serrano, na Serra, na Rua Fundão.

Em construção

Os três blocos de prédio que fazem parte dos 5.400 metros quadrados construídos estão sendo finalizados e serão entregues completos até fevereiro do ano que vem.

O que terá em cada prédio

▼ Bloco 1: administração, secretaria, auditório com 200 lugares e biblioteca.

▼ Bloco 2: com três pavimentos, contará com 18 salas de aula, além dos laboratórios.

▼ Bloco 3: cozinha industrial, refeitório, rádio estudantil e grêmio.

▼ Área de lazer: pátio, quadra de esportes e vestiário.

Professores

Edital

Será aberto um edital para professores efetivos da rede para trabalharem na nova escola em regime de 40 horas semanais.

No site

Poderão ser realizadas por meio de um formulário eletrônico que estará no site da Sedu durante o período de chamada escolar, que deve ser anunciada na semana que vem. O endereço é:

www.educacao.es.gov.br.

ACUSADO DE RACISMO

Punição para professor será divulgada na segunda

de A Ufes informou que vai divulgar na próxima segunda a penalidade aplicada ao professor do Departamento de Economia, Manoel Luiz Malaguti. Malaguti responderia a dois processos administrativos disciplinares,

sendo um por racismo. À reportagem ele afirmou apenas que foi afastado.

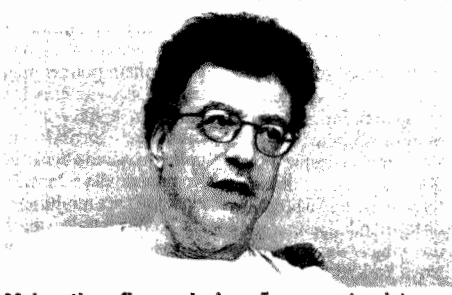
O docente recebeu o comunicado na manhã de ontem pelo Chefe de Gabinete da Reitoria da Universidade, Edebrando Cavaliari.

O julgamento da Reitoria irá se basear no Art. 127 da Lei 8.112/1990, que prevê advertência, suspensão - o que ocorreu no ano passado - ou até exoneração.

Mesmo sem querer comentar o teor da decisão

da Universidade, Malaguti confirmou que irá recorrer. "Fui afastado. Não tem nada oficial ainda, mas vou esperar chegar a decisão oficial para saber o que irei fazer", disse.

Malaguti foi denunciado por alunos em novembro do ano passado. Ele fez declarações racistas dentro de sala de aula durante uma discussão sobre cotas raciais. (Thiago Sobrinho)



Malaguti confirmou declarações em entrevista

FERNANDO MADEIRA - 04/11/2014